



ESTADO DE GOIÁS

## CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL (RGF) CONSOLIDADO

Este RGF se refere à consolidação dos relatórios do terceiro quadrimestre de 2022 de todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás, incluindo o Poder Executivo, DPE-GO, ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO, TJ-GO. O demonstrativo foi elaborado com base nos dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados, disponíveis nos respectivos Portais de Transparência e se encontra em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, estarei também assinando os seguintes demonstrativos, de acordo com a tabela a seguir.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal
5	Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
6	Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente Contábil da Secretaria  
de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2022  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>21.902.561.240,59</b>	<b>5.944.611,76</b>
2	Pessoal Ativo	13.037.842.116,23	88.240,49
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.164.147.652,09	88.240,49
4	Obrigações Patronais	1.873.694.464,14	0,00
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	7.994.751.673,39	303.464,58
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.576.325.159,89	301.464,58
7	Pensões	1.418.426.513,50	2.000,00
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	869.967.450,97	5.552.906,69
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>3.921.627.757,31</b>	<b>541.798,35</b>
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	31.944.881,36	0,00
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	242.121.560,69	0,00
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	934.741.790,68	541.625,92
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.712.819.524,58	172,43
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>17.980.933.483,28</b>	<b>5.402.813,41</b>
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	37.208.349.134,32	
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.308.416,13	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	3.990.000,00	
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	37.199.050.718,19	
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>17.986.336.296,69</b>	<b>48,35</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60,00%	22.319.430.430,91	60,00
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57,00%	21.203.458.909,37	57,00
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	20.087.487.387,82	54,00

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, (incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2022, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

Goiania, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2022  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESCISAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
		LIQUIDADAS													
		jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	1.552.539.938,20	1.535.472.431,76	1.685.803.224,07	1.673.867.779,05	1.689.182.360,66	1.774.505.134,45	1.721.947.551,14	2.122.342.298,06	1.735.591.201,30	1.768.888.774,93	1.890.757.902,62	2.841.662.644,75	21.902.561.240,59	5.944.611,76
2	Pessoal Ativo	929.830.965,41	912.266.272,84	1.004.176.531,33	1.002.270.590,37	1.030.611.520,93	1.114.371.484,97	1.055.389.294,89	1.075.662.308,74	1.062.267.074,08	1.085.747.833,84	1.140.658.508,62	1.624.589.730,21	13.037.842.116,23	88.240,49
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	809.835.790,41	776.540.874,49	861.945.010,16	854.892.899,82	887.827.741,83	965.264.090,48	899.620.851,77	924.407.742,96	913.839.076,14	937.313.853,17	994.109.791,51	1.348.549.959,35	11.164.147.652,09	88.240,49
4	Obrigações Patronais	119.995.175,00	135.725.398,35	142.231.521,17	147.377.690,55	142.783.779,10	149.107.424,49	155.768.443,12	151.254.565,78	148.427.997,94	148.433.980,67	156.548.717,11	276.039.770,86	1.873.694.464,14	0,00
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	622.275.627,84	613.673.195,39	672.171.250,66	666.824.719,16	650.261.866,65	653.166.667,27	661.847.829,45	663.296.439,37	664.752.062,11	646.396.654,55	663.533.657,85	816.552.702,89	7.994.751.673,39	303.464,58
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	508.017.977,47	501.043.796,42	552.866.881,58	551.146.262,30	535.267.597,72	536.435.855,63	543.349.089,11	544.287.547,26	546.288.503,13	532.739.241,94	545.052.871,67	679.819.535,66	6.576.325.159,89	301.464,58
7	Pensões	114.257.650,37	112.629.398,97	119.304.369,08	115.678.456,86	114.994.269,13	116.730.811,64	118.498.740,34	119.008.892,11	118.453.558,96	113.656.412,61	118.480.786,16	136.733.167,23	1.418.426.513,50	2.000,00
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	433.344,95	9.532.963,53	9.455.442,08	4.772.469,52	8.308.972,88	6.966.982,21	4.710.426,80	383.383.549,95	8.572.065,11	36.745.286,14	-3.434.263,85	400.520.211,65	869.967.450,97	5.552.906,69
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	308.154.953,37	297.893.490,65	317.690.243,89	297.018.454,32	289.284.590,12	307.499.626,13	292.124.326,09	318.251.952,48	303.257.827,85	293.706.665,67	324.406.555,63	572.338.071,11	3.921.627.757,31	541.798,35
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.804.675,10	2.353.548,66	1.547.751,52	1.935.099,16	2.320.993,48	2.153.600,65	2.959.601,68	1.942.303,41	2.971.586,45	3.241.470,17	4.319.771,09	3.394.479,99	31.944.881,36	0,00
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	46.059.940,64	46.406.736,65	47.209.739,71	38.683.200,30	6.001.298,89	9.275.275,12	3.384.552,67	11.836.804,60	5.778.622,15	7.855.963,95	11.834.780,52	242.121.560,69	0,00	0,00
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	66.085.130,57	57.112.272,26	57.523.221,96	39.362.147,65	69.491.154,72	85.413.125,80	66.603.510,75	90.495.806,28	79.725.314,87	67.636.398,56	88.368.980,88	166.924.726,38	934.741.790,68	541.625,92
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	193.205.207,08	192.020.933,08	211.409.530,70	217.038.007,21	211.471.143,03	210.657.824,56	219.176.660,99	213.977.038,19	214.784.304,38	214.972.832,99	223.921.158,17	390.184.884,22	2.712.819.524,58	172,43
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	1.244.384.984,83	1.237.578.941,11	1.368.112.980,18	1.376.849.324,73	1.399.897.770,54	1.467.005.308,32	1.429.823.226,05	1.804.090.345,58	1.432.333.373,45	1.475.182.108,86	1.476.351.346,99	2.269.322.773,64	17.980.833.483,28	5.402.813,41

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% SOBRE A RCL AJUSTADA
		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		37.208.349.134,32	
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)		5.308.416,13	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		3.990.000,00	
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		37.199.050.718,19	
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + a + III b)</b>		17.986.336.296,69	48,35
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IX)		22.319.430.430,91	60,00
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,95 x IX)		21.203.458.909,37	57,00
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XI) = (0,90 x IX)		20.087.487.387,82	54,00

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO referentes ao 6º bimestre de 2022, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

NOTAS:

- ALEGO:**
  - A quantificação dos valores que compõem o Relatório de Gestão Fiscal - RGF - do 3º quadrimestre de 2022, considera a "essência econômica" buscando a "representação fidedigna". Quanto à metodologia utilizada para a elaboração do RGF, considera-se o MDF, 12ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
  - Foi executada na GOIÁSAPREV - Regime Próprio de Previdência Social - o valor de R\$ 108.696.193,11 referente às despesas com INATIVOS e PENSIONISTAS, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica nº 003/2016;
  - Houve, em 31/12/2022, a inscrição de R\$26.087,38 em Restos a Pagar Não Processados;
  - A Receita Corrente Líquida foi disponibilizada pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás;
  - As Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais e da Bancada foram obtidas em site da Secretaria do Tesouro Nacional, considerando apenas a Categoria Econômica das Despesas Correntes do período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-de-bancada-para-df-estados-e-municipios/2022/114> e <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-de-bancada-para-df-estados-e-municipios/2022/114>
- TCE:**
  - Parcela correspondente ao montante de R\$ 722.371,96, liquidada na Natureza de Despesa 3.1.90.94.02, referente apenas às licenças-prêmios convertidas em pecnia de servidores inativos, executada na Unidade Orçamentária 0201, não compõe o presente relatório, dado seu caráter indenizatório, conforme disposto no Acórdão nº 3.080/2019 - TCE/GO;
  - Em decorrência da inexistência de subelemento específico no Guia de Apropriação do Estado de Goiás (Tabela com a classificação das despesas para o Estado de Goiás), para executar as despesas correspondentes aos "Juros sobre Diferenças Salariais" de Exercícios Anteriores que identifiquem separadamente os segmentos de Ativo, de Inativo e de Pensionista, a Natureza de Despesa 3.1.90.92.42 foi empregada com a seguinte distribuição: R\$ 11.632.950,47 em "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis"; R\$ 36.249.663,88 em "Aposentadorias, Reserva e Reformas" e R\$ 1.497.096,54 em "Pensões";
  - Os valores correspondentes às Transferências Obrigatórias da União, relativas às Emendas Individuais e às de Bancada, foram calculados com base na planilha fornecida pela Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/tesourotransparencia/pt-br/estados-e-municipios/transferecias-a-estados-e-municipios/transferecias-constitucionais-e-legais>. Acesso em: 11 de janeiro de 2023.
- TCM:**
  - Elaborado conforme metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- TJ-GO:**
  - Metodologia aplicada no RGF nos últimos 12 meses - conforme Resolução 09/2016 - TCE-GO, empregando a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), válida a partir do exercício financeiro de 2022 - 3º quadrimestre de 2022, Lei Complementar Estadual nº 131/2017.
  - A Receita Corrente Líquida foi apurada e informada pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás;
  - As Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas constitucionais individuais e bancada foram obtidas em consulta à publicação da STN através dos links: <https://www.tesourotransparencia.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-de-bancada-para-df-estados-e-municipios/2022/114> e <https://www.tesourotransparencia.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-de-bancada-para-df-estados-e-municipios/2022/114>, atualizadas pela STN em 23/01/2023.
  - No mês de setembro e outubro foram liquidadas despesas nos valores de R\$ 699.028,14 e R\$ 27.978,78, respectivamente. Contudo, tais despesas foram anuladas no mês de dezembro. Para fins do RGF, as mesmas foram consideradas nas suas respectivas competências;
  - Ante a edição da Lei Complementar nº 131/2017, Art. 1º, § 3º, foi computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" a totalidade dos valores relativos às contribuições previdenciárias;
  - As Despesas Não Computadas com "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" em observância à regra de que o valor da linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" não deve ser maior que o valor da linha "Pessoal Inativo e Pensionista";
  - Valores sujeitos à alteração após a consolidação do Balanço Geral do Estado de Goiás;
  - MP-GO:**
    - Em atendimento ao art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000 e ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2016, parte da despesa com "Pessoal Inativo e Pensionista" foi empenhada na Unidade Orçamentária nº 1780 (FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR — FRPPS) no valor de R\$ 101.226.584,15, referente ao período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.
- EXECUTIVO:**
  - Exclusão da linha de "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" os valores executados no ND 3190207 e 3190289. Fonte de Recursos do RPPS (FR 802 e 803), no total de R\$ 18.444,33.

Goiania, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.580/0001-39  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2022  
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

R\$ 1.00

CAMPO	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)			
1	<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>6.839.988.227,85</b>	<b>88.078.607,31</b>	<b>81.335.414,62</b>	<b>287.470.190,76</b>	<b>223.766.285,66</b>	<b>0,00</b>	<b>6.159.337.729,50</b>	<b>697.950.959,72</b>	<b>0,00</b>	<b>5.461.386.769,78</b>
2	Recursos Ordinários	6.187.455.324,33	67.722.481,52	78.445.996,94	286.047.144,81	0,00	0,00	5.755.239.701,06	535.151.863,56	0,00	5.220.087.837,50
3	Outros Recursos não Vinculados	652.532.903,52	20.356.125,79	2.889.417,68	1.423.045,95	223.766.285,66	0,00	404.098.028,44	162.799.096,16	0,00	241.298.932,28
4	<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>6.373.040.803,52</b>	<b>43.054.458,95</b>	<b>43.681.966,25</b>	<b>275.068.216,29</b>	<b>483.073.899,75</b>	<b>0,00</b>	<b>5.528.162.262,28</b>	<b>814.904.886,41</b>	<b>0,00</b>	<b>4.713.257.375,87</b>
5	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Transferências do FUNDEB	204.993.777,87	0,00	355.468,96	0,00	0,00	0,00	204.638.308,91	21.831.232,62	0,00	182.807.076,29
7	Outros Recursos Vinculados à Educação	374.685.315,39	172.074,10	11.143.961,19	7.539.428,56	0,00	0,00	355.829.851,54	71.673.109,53	0,00	284.156.742,01
8	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Outros Recursos Vinculados à Saúde	484.800.076,79	684.695,63	4.308,18	381.211,26	0,00	0,00	483.729.861,72	28.152.804,02	0,00	455.577.057,70
10	Recursos Vinculados à Assistência Social	14.869.274,79	0,00	132.981,31	0,00	0,00	0,00	14.736.293,48	832.394,94	0,00	13.903.898,54
11	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	4.779.979,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.779.979,48	89.043,88	0,00	4.690.935,80
13	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	3.939.311,89	0,00	29.613,50	0,00	0,00	0,00	3.909.698,39	2.944.225,36	0,00	965.473,03
14	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	22.746.583,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.746.583,30	0,00	0,00	22.746.583,30
15	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	752.430.220,05	0,00	0,00	6.800,44	0,00	0,00	752.423.419,61	1.969.995,22	0,00	750.453.424,39
16	Recursos Extraorçamentários	418.667.121,60	0,00	0,00	0,00	483.073.899,75	0,00	-64.406.778,15	0,00	0,00	-64.406.778,15
17	Outros Recursos Vinculados	4.091.129.142,36	42.197.689,22	32.015.633,11	267.140.776,03	0,00	0,00	3.749.775.044,00	687.412.081,04	0,00	3.062.362.962,96
18	<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>13.213.029.031,37</b>	<b>131.133.066,26</b>	<b>125.017.380,87</b>	<b>562.538.407,05</b>	<b>706.840.185,41</b>	<b>0,00</b>	<b>11.687.499.991,78</b>	<b>1.512.855.846,13</b>	<b>0,00</b>	<b>10.174.644.145,65</b>

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, (incluindo a DPE-GO), ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO) referentes ao 6º bimestre de 2022, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

NOTAS: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial. As disponibilidades de caixa do RPPS, quando houver, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades.

3. O saldo da conta contábil "1.1.3.1.1.02.02.00.00 - FUNDO ROTATIVO" é de R\$ 7.999.520,37 e não foi incluído na disponibilidade de caixa deste relatório.

4. O principal motivo de a Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) da Linha "Recursos Extraorçamentários" ficar negativa está na conta de passivo 2.2.8.8.1.03.01.00.00 - Depósitos por determinação Judicial, composta pela fonte X.869.0886 (fonte que registra ingressos/dispêndios extra orçamentários). Atualmente, consta o valor de R\$ 200.664.520,29 referente a passivo resultante do registro de guias de receitas emitidas em função de repasse de depósitos judiciais em decorrência da implementação do disposto na lei complementar nº. 151 de 05 de agosto de 2015. A citada Lei permitiu a utilização, pelos entes públicos devedores de precatórios, dos depósitos judiciais de qualquer natureza realizados nos processos dos quais sejam parte. O registro dessa operação como passivo extraorçamentário obedeceu à orientação contida no IPC-15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, LC 151/2015, EC nº. 94/2016, EC nº. 99/2017. Tais repasses foram creditados na conta 001.00096.0000017174-3 – Convênio tributário estadual em virtude do contrato nº. 19/2015 – Sefaz, de agosto de 2015, entre o estado de Goiás e o Banco do Brasil, e na conta 104.04204.0600001386-1 Tesouro convênio Dep. Judicial, em virtude do contrato nº. 20/2015 – Sefaz, celebrado em setembro de 2015, entre o estado de Goiás e a Caixa Econômica Federal.

5. Em "Demais Obrigações Financeiras", conforme registrado no relatório da Assembleia Legislativa, o montante R\$11.537.387,08 refere-se à conta patrimonial 2.1.1.1.01.03.01.00 - Provisão de Férias (P), no valor de R\$3.171.193,77, e à conta patrimonial 2.1.1.4.3.01.01.00 INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações (P), no valor de R\$8.366.193,31. Este último refere-se ao parcelamento de Contribuições Previdenciárias de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, firmado entre o Estado de Goiás e a Receita Federal do Brasil, cujo período compreende aos anos de 2005 a 2008, conforme processo SEI nº 20190013001581 e processo ALEGO nº 2020002413. Esse montante foi incluído na linha "Recursos Não Vinculados de Impostos".

Goiânia, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ENTE: ESTADO DE GOIÁS  
PODER: CONSOLIDADO – Todos os Poderes e Órgãos Autônomos  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 3º Quadrimestre de 2022  
RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

		Em reais	
<b>CAMPO</b>	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE</b>	
1	Receita Corrente Líquida		37.208.349.134,32
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		37.203.040.718,19
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		37.199.050.718,19
<b>CAMPO</b>	<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	17.986.336.296,69	48,35
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	22.319.430.430,91	60,00
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	21.203.458.909,37	57,00
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	20.087.487.387,82	54,00
<b>CAMPO</b>	<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
8	Dívida Consolidada Líquida	12.098.544.318,12	32,52
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	74.406.081.436,38	200,00
<b>CAMPO</b>	<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
10	Total das Garantias Concedidas	69.716.535,00	0,19
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.184.668.958,00	22,00
<b>CAMPO</b>	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
12	Operações de Crédito Internas e Externas	2.494.249.731,82	6,70
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.952.486.514,91	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.604.212.850,27	7,00
<b>CAMPO</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
16	Valor Total	1.512.855.846,13	10.174.644.145,65

FONTE: Relatórios de Gestão Fiscal dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Goiás (Poder Executivo, DPE-GO, ALEGO, TCE-GO, TCM-GO, MP-GO e TJ-GO), referentes ao 6º bimestre de 2022, disponíveis nos sites de Transparência Fiscal.

Goiânia, 27 de fevereiro de 2023.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia